



Reencarnação e o 2º Concílio de Constantinopla no ano 553 D.C

Até meados do século VI os primeiros cristãos aceitavam a reencarnação. Isso mudou a partir do 2º Concílio de Constantinopla, atual Istambul, na Turquia, por decisão política, para atender uma exigência de Justiniano, Imperador Bizantino. A História registra que tal exigência foi atendida e a eliminação da reencarnação resultou no dogma da ressurreição após o juízo final, fenômeno que contraria todos os princípios da Ciência, pois admite a vida eterna do Espírito em seu corpo ressuscitado, revertendo o estado de desintegração de todos os seus elementos constitutivos.

A responsável pela extinção do conceito de reencarnação entre os fiéis do catolicismo foi Teodora, esposa do Imperador Justiniano, escravocrata desumana e preconceituosa. Temendo retornar ao mundo na condição de escrava, Teodora desencadeou forte pressão sobre Justiniano e este sobre o papa da época, Virgílio, que assumiu o poder papal através da intervenção política do General Belizário, para quem os desejos de Teodora eram lei.

Assim, o 2º Concílio de Constantinopla, realizado no ano de 553 d.C, anulou especialmente a influência de Orígenes de Alexandria [185 d.C. – 254 d. C.], um dos maiores Teólogos do Cristianismo, para quem a reencarnação era uma realidade espiritual. As decisões desse Concílio desprezaram também as comunicações do próprio Cristo a respeito da reencarnação em várias passagens do Evangelho, sobretudo quando ele identificou em João Batista o Espírito do profeta Elias, falecido séculos antes e que deveria voltar como precursor de Jesus, o Messias (Mateus 11:14 e Malaquias 4:5).

A decisão soberana, em 553 d.C., dos bispos reunidos no Segundo Concílio de Constantinopla, a respeito da reencarnação, prevalece e é defendida até a atualidade pela Igreja Católica: reencarnação não existe e constitui heresia defendê-la como verdade.

